

## A história vista sob tons verde-oliva

*Militares deram sua versão para fatos ocorridos durante a ditadura, mas negaram a existência de tortura e assassinato de presos políticos*

### **Golpe**

"A Revolução de 31 de março de 1964 resultou de uma excepcional reação da sociedade (...) à corrupção, à subversão."

O povo preferiu a democracia à ditadura. E as Forças Armadas satisfizeram o desejo da Nação. Assim pode ser resumido o relato sobre a "Revolução de 1964" contido no livro secreto do Exército. No capítulo "A vitória da democracia", que narra a deposição de João Goulart pelos militares, a obra afirma que, "como expressão da vontade nacional, (o golpe) barrara a trajetória dos comunistas rumo ao poder, numa clara opção do povo brasileiro pelo regime democrático", diz o livro.

Consumada a "revolução", continua o texto, o povo explodiu em festa. "Na tarde do dia 2 de abril de 1964, mais de 1 milhão de pessoas lotavam as ruas e praças centrais do Rio de Janeiro. A população — operários, estudantes, senhores idosos e crianças, todas as profissões, todas as categorias sociais e todos os credos — reunia-se na maior manifestação popular que o Brasil jamais vira."

Especialista na área militar, com mestrado em Israel e doutorado e pós-doutorado nos EUA, o professor Jorge Zaverucha, da Universidade Federal de Pernambuco, contesta a análise do Exército. "A vitória da democracia a que o livro se refere é uma alusão aos grupos da esquerda que gostariam de implantar um regime de cunho leninista no Brasil. O autoritarismo de esquerda foi derrotado não por uma democracia. E sim pelo autoritarismo de direita", afirma ele.

Arquivo/O Cruzeiro/EM



*Nos primeiros dias de 1964, soldados do Exército e da PM participam, em Minas, de manobra conjunta do golpe que depôs Jango*



*Ex-presos políticos mostra, em abril*

## Tortura e morte

*de 1970, como foi espancado no pau-de-arara, modalidade de tortura*

"O suicídio, sempre utilizado como instrumento da guerra psicológica, era apresentado como `morte por tortura`."

Tortura? Assassinato de presos políticos? De acordo com o livro secreto do Exército, isso não passa de "propaganda político-ideológica" promovida pela esquerda para causar embaraços ao Brasil no exterior. Segundo a obra, muitas mortes de presos políticos denunciadas como assassinato foram, na verdade, suicídio.

À página 851, narra-se como, em 1976, carcereiros salvaram uma militante do PCdoB que supostamente tinha tentado o suicídio por enforcamento. "Além de tudo, ainda tinha-se que pagear esses energúmenos".

Ao longo de suas 966 páginas, o livro afirma que, uma vez presos, os "subversivos" acabavam, de forma espontânea, confessando o que sabiam. Sobre Paulo de Tarso Venceslau, da ALN, o texto traz a seguinte afirmação sobre seu interrogatório: "Enfim, pressionado insistentemente pela pergunta (...), acabou confessando". A coisa, no entanto, não se deu assim. Paulo de Tarso foi vítima de violência tão grande no interrogatório que entrou em coma.

Daniel Aarão Reis Filho, professor de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF), afirma que "a tortura era uma política autorizada e incentivada pelo Estado nos seus mais altos escalões". Hoje há provas fartas nesse sentido. Em 1998, o ex-tenente Marcelo Paixão assumiu ser um ex-torturador.

---

## Movimento estudantil

"Não foram só os universitários os responsáveis pela baderna; Em muito contribuíram os secundaristas."

Em 1968, a exemplo do que ocorria em outros países, milhares de estudantes saíram às ruas do Brasil para protestar contra a repressão e a elitização do ensino. Porém, segundo o livro do Exército, essas bandeiras "carregavam em seu bojo (...) a luta ideológica e o germen da luta armada".

Além de perigosos, os estudantes que militavam na esquerda eram promíscuos e junkies. No relato sobre a prisão de mais de 700 estudantes, em 1968, no Congresso da UNE, em Ibiúna, o livro diz o seguinte: "Foram encontradas drogas, bebidas alcólicas e grande quantidade de preservativos. Alguns estudantes chegaram a declarar inclusive que havia uma escala de serviço de moças para atendimento sexual". Ao ser informado do relato, Vladimir Palmeira (ex-presidente da União Metropolitana de Estudantes, preso em Ibiúna) solta uma sonora gargalhada. "Isso é uma chacota."

Os oficiais-escritores afirmam ainda que a dissolução do congresso da UNE foi tramada pelo guerrilheiro Carlos Marighella, da ALN, e por Cuba, com o objetivo de empurrar estudantes para a luta armada. Palmeira contesta. "Claro que foi um erro realizar o congresso daquela forma. Mas evidentemente isso (o suposto plano de

Arquivo/O Cruzeiro/EM



*Cortejo com o corpo do estudante Edson Luís, morto pela PM em 1968, no Rio*

Marighella e Cuba) não aconteceu”, diz ele.

---

## Censura

“No instante que se começava a ganhar a batalha contra a subversão, iniciava-se a perder a batalha da comunicação social.”

Mais uma conclusão inesperada do livro secreto do Exército: se, por um lado, a censura imposta pela ditadura foi útil ao permitir que os militares controlassem as informações que a população recebia, por outro impediu que as Forças Armadas contassem sua versão da guerra empreendida contra o terrorismo de esquerda. Segundo o documento, a ‘férrea censura à imprensa’ não foi “compreendida pelos seus profissionais e muito menos pela população”, que passou a se colocar contra a ‘Revolução’. “(A censura) permitiu que, ante seu silêncio, os subversivos contassem versão deturpada dos fatos”, que por ser uma “versão única” foi “tida como verdadeira. O fato é que, embora apreensiva com os atentados, seqüestros, assaltos e demais ações terroristas, a população nunca pôde avaliar os riscos que correu e nem as dificuldades, sacrifícios que eram feitos na condução desse combate — que, em última instância, visava a dar-lhe tranqüilidade —, porque não lhe foi dado conhecer essa realidade”.

O cientista político Jorge Zaverucha, da Universidade Federal de Pernambuco, discorda. “Os benefícios com a censura foram bem maiores para o regime militar do que os custos.”

Hélio Motta/O Cruzeiro/EM



*Artistas participam de manifestação contra a censura, no Rio, em 1968*

---

## AI-5

“(O Ato Institucional nº 5) Apenas pretendia remover o entulho da má política e da ameaça à subversão.”

O capítulo sobre o AI-5 — ato institucional baixado em dezembro de 1968 que deu poderes absolutos aos militares e abriu caminho para a fase mais dura da repressão — mostra que o livro foi escrito pela linha-dura do Exército. Assim como pregava à época a ala mais radical das Forças Armadas, a obra afirma que o AI-5 veio tarde. “Houvesse na Constituição de 1967 dispositivos de defesa do regime democrático — (...)bem definidos e sem falsos pruridos — que pudessem ser acionados antes que a tênue divisória entre a guerra e a paz (...) fosse ultrapassada, toda a situação decorrente das medidas tomadas ao arrepio da lei provavelmente poderia ter sido evitada.”



*Estudante é preso em São Paulo, em 1968*

O livro desmonta uma lenda criada pelos próprios militares: a de que o AI-5 teve como estopim o discurso de Mário Moreira Alves, no Congresso, em setembro de

1968, em que o então deputado conclamava as jovens a evitar o namoro com militares. "O episódio (...) era, em si, insignificante para justificar o AI-5. (...) Sua razão fundamental foi a preocupação com a subversão", afirma.

Segundo o texto, ainda que tenha "facilitado o combate à subversão", o ato não fechava "as vias do processo democrático." A afirmação é contestada pelo frei Oswaldo Resende, que participou da oposição à ditadura. "Com o AI-5, as as vidas democráticas foram fechadas, levando muitos a apoiar a luta armada."